

Lewandowski defende mudar Constituição pela segurança

Ministro da Justiça sugeriu que União tenha plano nacional e mais poder sobre estados e municípios

HYNDARA FREITAS, NICOLAS IOBY E GUILHERME CAETANO
publicação@o-globo.com.br
SÍMBOLO

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, defendeu ontem a alteração na Constituição para garantir o financiamento de um sistema de segurança pública semelhante ao SUS, ampliando o poder do governo federal na área. Durante seu discurso no seminário Brasil Hoje, realizado pelo grupo Esfera, o ministro sugeriu que a União seja a responsável por fazer um "planejamento nacional" para que estados e municípios se submetam a ele.

—O modelo de segurança pública que concebemos na Constituição de 1988, há 35 anos, alterou-se fundamentalmente. Hoje, não é mais possível termos aquela compartimentação muito específica, a União com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional, e quem faz a segurança das pessoas e do patrimônio é a Polícia Militar e a Civil, e a Guarda Municipal cuida dos interesses das comunidades locais. Este modelo tem que ser modificado por meio de uma alteração constitucional, dando mais poderes à União para fazer um planejamento nacional

de caráter compulsório para os demais órgãos de segurança —sugeriu.

Lewandowski elogiou o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado em 2018, mas afirmou que o tema precisa ser constitucionalizado. O programa que propõe a criação de um plano de ações estruturadas de segurança envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais foi instituído formalmente no governo Michel Temer, mas acabou deixado de lado no mandato de Jair Bolsonaro, embora já tenha sido apontado como "prioridade" no governo Lula, pouco avançou. Para o ministro, a inclusão do Susp na Constituição permitiria instituir um fundo exclusivo para o programa —que conta atualmente com uma parcela da arrecadação com a loteria repassada pela Caixa.

—Saúde, educação e segurança pública são os três problemas que afetam a população brasileira, mas talvez a segurança pública precisasse ser constitucionalizada, com fundo próprio, como o SUS — afirmou Lewandowski.

Para o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Renato Sérgio de Lima, a declaração do ministro reconhece que o te-



Mudança radical. Lewandowski, ministro da Justiça, propõe surge em momento que governo é mal avaliado na área

ENTENDA O SUSP, PLANO USADO COMO EXEMPLO PELO MINISTRO

Quê é
O Sistema Único de Segurança Pública, criado em 2018 para estabelecer uma "arquitetura uniforme para a segurança pública em âmbito nacional". Prevê atuação conjunta de forças de segurança em operações, compartilhamento de informações, definição de metas e estratégias comuns para a prevenção de crimes, e o intercâmbio de conhecimentos.

Quem integra
São 17 os integrantes do Susp, dentre eles a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias militares e civis, os corpos de bombeiros militares e as guardas municipais.

Qual o papel do governo
Cabe ao Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenar os

integrantes do Susp. Isso significa promover treinamentos, realizar estudos e desenvolver a doutrina de inteligência policial.

Como é financiado
Os recursos do Susp são abastecidos com repasses da arrecadação da Caixa. A inclusão do Susp na Constituição poderia destinar ao plano parte do Orçamento, como ocorre com educação e saúde.

ma foi "negligenciado" na redação constitucional. O especialista, porém, diz que a União já dispõe de meios para estruturar a coordenação que o Susp sugere.

—A segurança é um dos princípios básicos que nortearam a própria Constituição, é um direito que precisa ser implementado por meio de políticas públicas. Uma mudança no texto daria mais assertividade e mais autonomia de ação à União, mas o arca-

bouço existente já permite que o governo assuma o protagonismo da coordenação —diz Lima, destacando que essa coordenação não significa "fazer o que os estados e municípios fazem". —O papel do governo é o de coordenar, disciplinando sobre temas como o uso de câmeras corporais nos agentes de segurança e o uso de equipamentos como *teasers* e balas de borracha.

O coronel da reserva da

PM de São Paulo e ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente avalia que o governo federal "está perdido" na discussão do combate ao crime organizado. O militar também defende a implementação do Susp para que o governo faça "correções de rumo" e "ajude a evitar excessos" nas forças de segurança.

—O Susp foi descontinuado no governo Bolsonaro e, embora o DINO (ex-ministro

Flávio Dino, hoje no STF) promettesse implantá-lo, nada aconteceu até aqui. O Susp contempla a redução de homicídios, o treinamento de peritos, estabelece parâmetros para estruturar as polícias, trata do compartilhamento de informações. Trata-se de um conjunto de medidas que podem contribuir para um enfrentamento coordenado ao crime —diz o especialista.

As declarações de Lewandowski surgem em um momento em que pesquisas de opinião pública realizadas nos últimos meses mostram que há crescente preocupação com a questão da segurança no país. Levantamento do instituto Ipsos feito em março indica que o crime e a violência são citados por 44% dos brasileiros como o maior problema do Brasil, liderando o ranking de preocupações da população. Trata-se da maior taxa de menções a esse tema registrada desde março de 2020.

CRISE DE IMAGEM

A pasta comandada por Lewandowski enfrenta uma crise de imagem agravada pela fuga de dois presos (só recapturados após 51 dias) da Penitenciária Federal de Mossoró. Pesquisa de opinião divulgada com exclusividade pelo GLOBO mostra que 42% dos brasileiros avaliam a atuação do governo na área da segurança como "ruim" ou "péssima", contra só 27% que veem um desempenho "bom" ou "ótimo". Outros 28% classificam os esforços do governo nessa seara como "regulares".

Horas após defender uma mudança na Constituição, Lewandowski voltou ao tema durante palestra no Instituto dos Advogados de São Paulo. O ministro disse que a segurança pública "acabou caindo no colo da União", mas que o governo federal não tem competência para resolver o problema do modo como a lei e a Constituição estão.

STF discute poder do Ministério Público em investigações

Discussão retorna à Corte quando se debate também o legado da Lava-Jato, em que procuradores foram acusados de abusos

DIMITEUS DANTAS
dimitheus.dantas@o-globo.com.br
SÍMBOLO

O Supremo Tribunal Federal retoma amanhã o julgamento de uma série de ações que questionam o papel do Ministério Público em investigações criminais. O plenário vai discutir se promotores de justiça ou procuradores federais têm poderes para produzir provas em procedimentos de natureza penal ou policial, ou apenas podem requisitá-las.

A discussão vai voltar a ocorrer em um momento de questionamentos sobre o legado da Operação Lava-Jato. Uma das principais críticas em relação à operação iniciada em Curitiba é a que investigou casos de corrupção em gestões do PT e exatamento o suposto abuso de poder por parte do Ministério Público Federal.

O julgamento foi interrompido em 2022, após os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski (hoje no comando do Ministério da Justiça) se posicionarem a favor do controle de um juiz nas investigações do Ministério Público. Relator da

ação, Edson Fachin, reconheceu a competência do órgão para conduzir investigações.

Em seu voto em 2022, Gilmar indicou a necessidade de colir "excessos" que, não raras vezes, são praticados em investigações criminais "conduzidas pelo Ministério Público, muitas vezes com tonalidades políticas ou evidente abuso de poder".

O decano da Corte defendeu ainda que a realização de investigações criminais pelo MP pressupõe "efetivo controle pela autoridade judicial competente", que deverá ser informada do início e encerramento do procedimento.

JUIZ DE GARANTIAS

Em seu posicionamento, a Procuradoria-Geral da República argumentou que boa parte dos questionamentos apresentados já foram abarcados no julgamento sobre o juiz de garantias no fim de 2023. O juiz de garantias será um magistrado responsável pela instrução de processos, como a supervisão das investigações e a decretação de medidas cautelares, como pri-



Após dois anos, o STF discute sobre o que promotores e procuradores podem ou não fazer. O STF interrompeu em 2022

Condenação de Deltan por Power Point é mantida

> A ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que condenou o ex-procurador da Lava-Jato Deltan Dallagnol a pagar R\$ 75 mil em indenização por danos morais ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em razão de um Power Point para apresentar denúncia contra o petista.

> A apresentação, usada durante uma entrevista coletiva em 2018, se tornou célebre por colocar Lula no centro de uma série de imputações atribuídas a ele.

> O caso chegou ao Supremo por meio de recursos apresentados pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) após a decisão de Deltan contra a decisão do STJ, tomada em 2022.

> Na decisão, tomada em 19 de abril, Cármen Lúcia afirmou que a decisão da Quarta Turma do STJ estava devidamente fundamentada, e que não caberia ao Supremo reexaminar provas.

> Na decisão, a ministra ainda invoca a condenação aos acusados dos recursos ao pagamento dos honorários da defesa de Lula, que era feita pelo atual ministro da Corte, Cristiano Zanin. Hoje, a defesa é feita por Valeska Teixeira, esposa de Zanin. (Mariana Muniz)

sões, apreensões e quebras de sigilo. A ação penal, isto é, a denúncia e eventual condenação, seria comandada por outro juiz.

ENTENDIMENTO FIRMADO

Há nove anos, a Corte firmou um entendimento sobre as resoluções e outras regras internas da instituição que detalham a atuação de promotores e procuradores nas apurações criminais. Os ministros reconheceram que o MP tem competência para promover investigações penais, caso sejam respeitados os direitos e garantias dos cidadãos. O precedente também prevê que atos dos integrantes do MP podem ser analisados pela Justiça.

O Supremo estabeleceu na ocasião que, assim como nas investigações da polícia, as feitas pelo MP também deverão garantir à defesa acesso às provas produzidas contra o investigado e o direito de ficar calado e assistência de advogados durante depoimentos.

Foi decidido ainda que o MP não poderia realizar atos próprios da polícia, como executar mandados de busca domiciliar, fazer interceptação telefônica e conduzir coercivamente pessoa sob investigação. O julgamento iniciado em 2012 foi retomado cerca de três anos depois e concluído em maio de 2015.